



ANMP EM CABO VERDE

Valia da cooperação descentralizada comprovada nos acordos de geminação

Uma Delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, chefiada pelo seu Presidente, Mário de Almeida, deslocou-se a Cabo Verde para participar, designadamente, no Seminário “A Cooperação Descentralizada Portugal-Cabo Verde”, que a ANMP organizou no Centro Cultural Português, na cidade da Praia.

Mário de Almeida, que se congratulou com o sucesso alcançado, sublinharia os apoios que os Municípios portugueses vêm concedendo aos seus congéneres cabo verdianos e disse-se seguro de que a experiência agora desenvolvida pode abrir caminhos para futuras acções de cooperação com Autarcas eleitos na totalidade dos PALOP, na sequência dos pro-



cessos de democratização que têm vindo a ser alcançados.

O Presidente da ANMP enfatizou ainda que os contactos oficiais estabelecidos nas audiências com os princi-

pais dirigentes políticos de Cabo Verde, nomeadamente com o Presidente da República, Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Primeiro Ministro e Ministro da Presidência foram extremamente profícuos, sendo que todas aquelas personalidades destacaram ser a cooperação descentralizada a forma mais actuante de se materializar uma colaboração efectiva entre os Povos dos Países que falam português.

Para todos os Autarcas cabo verdianos, o Seminário promovido pela ANMP constituiu-se num assinalável êxito, e, aceitando o repto lançado, decidiram retomar os debates para relançamento do processo de criação de uma Associação de Municípios de Cabo Verde.

Seminário em Vila do Conde debateu Finanças Locais

A defesa da descentralização, o reconhecimento da necessidade do aumento de verbas para as Autarquias, e a classificação de valor reforçado para as leis estruturantes do Poder Local, estas, em síntese, as grandes conclusões do Seminário sobre Finanças Locais, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses organizou em Vila do Conde.

Procurando fazer uma avaliação do actual sistema financeiro das Autarquias Locais com vista à introdução de correcções, ajustamentos ou aperfeiçoamentos necessários, a iniciativa, moderada pelo jornalista Peres Metello, debateu, designadamente, as questões “A Repartição dos Recursos Públicos entre o Estado e as Autarquias Locais e sua Adequação e Proporcionalidade à Esfera de Atribui-

ções e Responsabilidades Cometidas a cada um destes Níveis da Administração”, “A Cooperação Financeira entre o Estado, a União Europeia e as Autarquias Locais”, “Os Regimes de Finanças Locais na União Europeia”, e “Estudos Preparatórios da Revisão da Lei das Finanças Locais”.

Delegação da ANMP sublimou o Poder Local democrático

Uma Delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, chefiada pelo seu Presidente, Mário de Almeida, deslocou-se a Cabo Verde para participar, designadamente, no Seminário “A Cooperação Descentralizada Portugal-Cabo Verde”, que a ANMP organizou no Centro Cultural Português, na cidade da Praia.

Iniciativa que procurou contribuir, em essência, para a concretização de uma Associação Nacional de Municípios Cabo Verdianos, debateu ela temas como “A Experiência de 20 Anos de Poder Local Democrático em Portugal: o Papel Político-Institucional da ANMP”, “Municípios de Cabo Verde - Construção

do Poder Local Democrático após as 1^{as} Eleições Autárquicas”, “Associações de Municípios - Que Papel?”, “Acordos de Geminação/Cooperação entre Municípios Portugueses e Cabo Verdianos”, e “A Cooperação Descentralizada”.

Realização a que a Associação Nacional de Municípios Portugueses atribuiu um profundo significado, a iniciativa visou, em espírito de diálogo franco e aberto, fomentar a cooperação descentralizada entre os dois Países, privilegiando, naturalmente, o nível municipal.

Mário de Almeida, numa das suas múltiplas intervenções públicas, recordou, na cidade da Praia, os apoios que as Autarquias portuguesas vêm concedendo às suas congéneres cabo verdianas tendo em vista o reforço do Poder Local Democrático, enquanto defendia a cria-

ção, pelo Governo português, de uma linha de crédito destinada a apoiar a execução de acordos de geminação entre Municípios dos dois Países.

Para os Autarcas cabo verdianos, o Seminário promovido pela ANMP constituiu-se num assinalável êxito, e, aceitando o repto lançado, decidiram retomar os debates para relançamento do

Durante aquelas jornadas de trabalho, os participantes debruçaram-se, também, sobre a cooperação descentralizada protagonizada em 28 acordos de geminação já existentes entre outros tantos Municípios portugueses com as 16 Autarquias cabo verdianas, sabendo-se que dentro em breve serão formalizados mais 16 protocolos de geminação.

No final da visita, o Presidente da ANMP congratulou-se com o absoluto sucesso alcançado, enquanto relevava que a experiência agora desenvolvida em Cabo Verde pode abrir caminhos para futuras acções de cooperação com os Autarcas eleitos na totalidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, na sequência dos processos de democratização que têm vindo a ser alcançados.



processo de criação de uma Associação de Municípios de Cabo Verde, um projecto que, iniciado há alguns anos, seria abandonado em 1994, na sequência de divergências políticas internas.

Com o Seminário agora organizado, que sentou à mesma mesa todos os Presidentes dos 16 Municípios cabo verdianos, e com um mais aprofundado conhecimento do que têm sido os últimos 20 anos de experiência de Poder Local Democrático em Portugal — e dos contributos que a ANMP tem dado para o seu desenvolvimento —, as Autarquias de Cabo Verde apostam na retoma da ideia de 1993, sendo previsível que a formalização da sua Associação possa acontecer em curto espaço de tempo, na sequência da realização das eleições autárquicas que vão decorrer em Cabo Verde no último trimestre deste ano.

Mário de Almeida sublinhou ainda que os contactos oficiais estabelecidos nas audiências com os principais dirigentes políticos de Cabo Verde, nomeadamente com o Presidente da República, Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Primeiro Ministro e Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, foram extremamente profícuos, sendo que todas aquelas personalidades destacaram ser a cooperação descentralizada a forma mais correcta e actuante de se materializar uma colaboração efectiva entre os Povos dos Países que falam português.

A Delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses integra, para além de Mário de Almeida, os Presidentes das Câmaras Municipais de Benavente, José Ganhão, e de Monchique, Carlos Tuta.



Validade da cooperação descentralizada comprovada nos acordos de geminação

A validade da cooperação descentralizada, nomeadamente pelo papel de charneira, de valor acrescentado e de mais valia potencial que as relações, principalmente entre as Autarquias, trazem ao regular e por vezes difícil relacionamento entre os Estados, mereceu particular relevância a António José Ganhão, Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, durante a sua intervenção no Seminário “A Cooperação Descentralizada Portugal-Cabo Verde”.

Enfatizando que é a nós, Eleitos Autarquias Locais, estando mais próximos dos cidadãos e legitimados pelo sufrágio directo, a quem estes recorrem, enquanto nível de Administração imediata, para a resolução dos seus problemas mais prementes, o Presidente da Câmara Municipal de Benavente afirmaria, ainda, que tal quadro, se nos reforça a responsabilidade, tem como vantagens tangíveis a transparência, a eficácia e a desburocratização de procedimentos.

Abordando, no concreto, as relações descentralizadas entre os nossos dois Países, acrescentaria que, se juntarmos uma língua comum, falada por perto de 200 milhões de pessoas, enquanto ferramenta quotidiana de comunicação e instrumento político de unidade nacional, então, permitam-me concluir, estão criadas as condições de base, as estruturas do edifício para uma regular e futura relação de cooperação descentralizada.

Porque já se fizeram todos os discursos possíveis sobre o espaço lusófono, o que interessa agora é transformá-lo e realizá-lo, dizia. E, perguntava António José Ganhão, não seríamos nós, Autarquias Locais, enquanto principais actores no terreno, mais próximos dos anseios e aspirações das nossas populações, mais conhecedores do urgente e do inadiável (o troço de estrada que falta, a escola primária que urge construir, os bairros sociais

que se impõe erigir), os mais habilitados e mais conscientes para imprimir um efeito multiplicador a cada escudo que nos fosse atribuído?

Mas sejamos claros, afirmava a concluir o Vice-Presidente da ANMP: uma evolução gradativa e qualitativa da cooperação descentralizada só encontrará, verdadeiramente, terreno para medrar quando a sociedade civil organizada não fôr vista como concorrencial, antes quando nela se reverem os valores e objectivos comuns que enformam todo o Estado de Direito o qual, sob a coordenação global de um Governo Central, democraticamente eleito, traça objectivos de política geral



que, estruturadamente, no terreno, são co-geridos e co-implementados em cooperação alargada e comunhão de esforços, humanos e financeiros, com todos.

Entretanto, para Carlos Tuta, membro do Conselho Directivo da ANMP, que abordou na sua intervenção o tema “Associações de Municípios- Que Papel?”, um dos grandes propósitos daquelas estruturas prende-se com as suas características intrínsecas de serem instrumentos de desenvolvimento sub-regional ou regional, capazes de potenciar os recursos disponíveis para a execução de projectos ou exploração de serviços, aproveitando os benefícios de uma economia de escala.

No que concerne à natureza jurídica de direito privado ou público, o Presidente da Câmara Municipal de Monchique e da Associação de Municípios do Algarve, depois de recordar que a ANMP é uma associação de direito privado (ao contrário das restantes associações de Municípios), sustentou que a prática mostra que a organização de direito público limita demasiado a gestão em ambiente de competição e produtividade, pelo que a maior parte delas defende hoje a forma de direito privado.

Por fim, Artur Trindade, Secretário-Geral da ANMP, enfatizou que o amplo movimento de geminações instituído entre os Municípios portugueses e os seus congéneres cabo verdianos, se é uma emanção espontânea do sentir e aspirações dos nossos dois Povos, a que os seus representantes eleitos deram conteúdo prático, materializando, no quotidiano dos seus Municípios, um passado comum que a História exigia, é, também, uma humanista necessidade prática e de solidariedade e entre ajuda que a experiência secular do Municipalismo português — atentos os condicionalismos e feitos os ajustes necessários — não pode deixar de transmitir ao nível Poder Local Democrático de Cabo Verde.

Para Artur Trindade, institucionalizadas que estão as relações de solidariedade e cooperação mútuas fundadas nas geminações existentes entre os nossos Municípios, e se a experiência destes anos passados é extremamente positiva e o balanço é motivador, importa olharmos para o futuro das geminações Portugal/Cabo Verde com um espírito e motivação renovadas, ensaiando integrar nele as aspirações e anseios dos nossos dois Povos, os quais, legitimamente, depositam nos seus eleitos locais as melhores e mais fundadas esperanças para que o seu bem-estar quotidiano experimente as mudanças que só a democracia, o diálogo, a cooperação e a solidariedade possibilitam.

PARA MÁRIO DE ALMEIDA

Jornadas vividas em Cabo Verde são momento alto na história

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao intervir na Sessão de Abertura dos trabalhos do Seminário sobre Cooperação Descentralizada Portugal-Cabo Verde, que a ANMP promoveu na cidade da Praia, enfatizou que o dia que hoje vivemos em Cabo Verde, no que ele representa para o historial, curto mas muito profícuo da Associação, é, com certeza, uma das ocasiões altas de um percurso recheado de dificuldades mas, também, de circunstâncias que nos enchem de satisfação e, por que não dizê-lo, de orgulho.

Lembrando que a ANMP nasceu da vontade e querer dos Autarcas portugueses, que há uma década reconheceram a imperiosa necessidade de se congregarem numa Associação capaz de se constituir em plataforma de debate e entendimento das macro questões que aso-berbavam o Poder Local, Mário de Almeida frisava que a estrutura representativa dos Municípios sempre pautou a sua actividade pela defesa intransigente, política mas apartidária, dos superiores interesses de todos aqueles que, na grande cidade do litoral ou na recôndita aldeia serrana, servem devotadamente as populações que os elegem.

Integrando Autarcas de todas as formações partidárias e de todos os cre-

dos, fazendo das diferenças estruturais a grande argamassa que cimenta o sentir colectivo dos agentes do nível da Administração mais próximo do cidadão, a ANMP transformou-se em fórum privile-

do Portugal nascido no 25 de Abril de 1974.

Afirmando, sem falsas modéstias, a consciência de uma correcta inter-

venção no plano interno – com cujos êxitos nos regozijamos justamente –, o Presidente da ANMP relevaria, também, a representatividade que lográmos alcançar nos palcos europeus e internacionais que, privilegiando os Poderes Locais e Regionais, nos acolhem como membro e como seu representante no nosso País.

Portugal, na riqueza da sua História, é parceiro respeitado pelo conjunto das Nações, e o Municipalismo, reforçado no

Princípio da Subsidiariedade em que cada vez mais se revêm os responsáveis políticos, ganha crescente relevância nos areópagos que além fronteiras ajudam a preparar um melhor futuro para todos nós.

Na sua inserção europeia – de cuja experiência legislativa tantos bons exemplos colhemos –, Portugal é vocacionadamente um País de matriz atlântica, que nos leva a olhar, com indizível interesse, e não menor respeito, sobretudo os Países com quem temos afinidades linguísticas. De que Cabo Verde é, na valia da sua imensa força cultural, paradigma



giado de encontro – a nossa Casa Comum, como gostamos de dizer –, capaz de superar dificuldades, de unir a uma voz só, os superiores interesses dos Municípios e Freguesias que representa.

Estimada no seio da totalidade dos Autarcas, profundamente considerada pela generalidade dos Órgãos da Administração Central com quem dialoga, inequivocamente respeitada pelas Instituições que integram o Estado Democrático Português, a ANMP, dizia Mário de Almeida, soube, fruto de um trabalho isento, empenhado e coerente, afirmar-se como uma das mais marcantes estruturas

erde da ANMP

inteiro.

A nossa presença hoje, aqui – continuava Mário de Almeida –, mais não significa do que uma inequívoca vontade de reciprocamente colaborarmos com o Poder Local cabo verdiano na procura das melhores soluções para as dificuldades com que todos nos debatemos. Depois de termos materializado os conhecimentos que buscámos junto dos Países que nos precederam nos caminhos da Democracia, após um longo período de concretização de uma vivência nova no nosso País, os Municípios portugueses, representados na sua Associação, estão melhor habilitados para, no quadro de um diálogo franco e aberto, poderem trocar experiências, colher, agora em Cabo Verde, mútuos ensinamentos que nos levem a bem servir os Povos que nos elegem.

Seguros da relevância da existência, em Portugal, de uma estrutura como a ANMP, e sequeamente certos da validade da criação de idêntica instituição neste País, viemos, exclusivamente, afirmar a nossa inteira disponibilidade para cooperarmos efectivamente com os nossos colegas Autarcas cabo verdianos. A quem deixamos o que temos para transmitir, junto de quem queremos aprender certezas que importa levar para os nossos concelhos, relevaria o Presidente da Associação nacional de Municípios Portugueses.

A cooperação descentralizada a que se propõe este Seminário – e que re-



sulta também de um grande esforço dos Municípios portugueses, unidos pela vontade de solidariamente nos empenharmos em projectos maiores – é necessariamente complementar das realizações que se concretizam no âmbito dos nossos dois Estados. Mas a nossa independência enquanto unidades políticas legitimadas por eleições, permite-nos, e implica-nos, em projectos concorrentes, mas diferenciados, valorizadores das relações entre os nossos dois Países.

Vivemos hoje, dizia Mário de Almeida, nesta cidade da Praia, uma jornada memorável para a ANMP. No ecumenismo da presença portuguesa nas quatro partidas do mundo, não podemos deixar de sentir uma particular emoção quando somos recebidos – sobretudo com a lhanza e elevação com que nos souberam acolher – em Nação, Cabo

Verde, a que nos ligam particularíssimos afectos de civilização e cultura.

Nos incontáveis anseios iguais, nas diferenças que nos aproximam, na perenidade dos valores que a História tantos anos comum nos legou, na independência que nos individualiza, não é sem emoção que aqui recordo, afinal, a fraternidade que une os nossos dois Povos e que se verte também nos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses quando na sua letra se prevê já a presença dos Autarcas cabo verdianos como Congressistas de direito pleno.

Assim juntos, concluía Mário de Almeida, agora enriquecidos com esta valorizadora jornada, o estreitamento das relações a nível municipal há-de ser, seguramente, esteio de novas e sempre mais promissoras realidades.



Seminário em Vila do Conde Debateu Finanças Locais

A defesa da descentralização, o reconhecimento da necessidade do aumento de verbas para as Autarquias, e a classificação de valor reforçado para as leis estruturantes do Poder Local, estas, em síntese, as grandes conclusões do Seminário sobre Finanças Locais, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses organizou, em 25 de Julho, em Vila do Conde.

Procurando fazer uma avaliação do actual sistema financeiro das Autarquias Locais com vista à introdução de correcções, ajustamentos ou aperfeiçoamentos

necessários, a iniciativa debateu, designadamente, os temas "A Repartição dos Recursos Públicos entre o Estado e as Autarquias Locais e sua Adequação e Proporcionalidade à Esfera de Atribuições e Responsabilidades Cometidas a cada um destes Níveis da Administração", "A Cooperação Financeira entre o Estado, a União Europeia e as Autarquias Locais", e "Os Regimes de Finanças Locais na União Europeia".

A discussão do título "Estudos Preparatórios da Revisão da Lei das Finanças Locais", que deveria confrontar os trabalhos técnico-científicos produzidos pelas equipas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e do Instituto Superior de Economia e Gestão

da Universidade Técnica de Lisboa, foi, porém, defraudada no seu interesse, já que só a FEUC, a solicitação da ANMP, apresentou o seu estudo. O Governo, que havia encomendado o trabalho ao ISEG, falhou o compromisso.

A jornada foi coordenada pelo jornalista Peres Metello, e a apresentação dos diversos temas foi assegurada, respectivamente, por Júlio Faria, Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras, Rogério de Brito, Presidente da Edilidade de Alcácer do Sal, Marques Leandro, Consultor do Comité das Re-

clusivo o aprofundamento da questão do financiamento das Autarquias, matéria que, afinal, interessa ao País em geral.

Afirmando que queremos fazer uma análise séria e aprofundada do tema, Mário de Almeida sublinharia que esta postura contrasta com a alguma demagogia e mesmo contra-informação que vai sendo conhecida, para, de seguida, lamentar que quem veicula essa contra-informação não se disponha ao debate.

Ao considerar a acusação de despesismo como inaceitável – não temos dinheiro para tanto, disse – rebateria com a certeza de possuímos gabinetes muito pequenos e que o despesismo de que se acusam as Autarquias existe, sim, mas na Administração Central, onde um só gabinete de um Ministro gasta

mais do que as estruturas de apoio dos 305 Municípios.

Depois de sublinhar que afirmações como a de que o Fundo de Equilíbrio Financeiro cresceu são dados inexactos que não auxiliam ao bom relacionamento que deve existir entre o Governo e o Poder Local, Mário de Almeida lamentou, em relação à apresentação dos estudos pelas Universidades, que nós tenhamos cumprido e, mais uma



giões, e Fernando Ruivo, Coordenador da Equipa da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Durante a Sessão de Abertura do Seminário – que não contou, à última hora, com a anunciada presença do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território –, o Presidente da ANMP, Mário de Almeida, começaria por definir que os propósitos da iniciativa privilegiavam em ex-

Condeais

vez, o Governo não o tenha feito.

Por outro lado, enfatizava na oportunidade, lamento a não presença do Secretário de Estado, antes do Director Geral da Administração Autárquica, já que, sem fazer juízos de valor em relação a pessoas, mas sim de responsabilidades, é diverso ter entre nós um membro do Governo ou um Director Geral.

Abordando a descentralização, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses afirmou que é preciso definir-se, de uma vez por todas, se estamos ou não disponíveis para a concretizar no respeito pelos Princípios da Subsidiariedade e da Parceria –, fazendo, afinal, corresponder os discursos com a prática. E se reconhecemos valor ao que o Poder Local tem feito, então temos de descentralizar.

Ao recordar que as Autarquias, com apenas 7% do Orçamento do Estado, são responsáveis por 25% do investimento e de 18% do emprego públicos, Mário de Almeida afirmou a sua concordância com os princípios gerais da Lei das Finanças Locais que, contudo, disse, só foi cumprida quando tal interessava à Administração Central. Depois de anos de sub-avaliação do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Governo chegou ao cúmulo, num Estado de Direito, de suspender a lei nos anos de 1992 e 93, para, este ano, chamando de social ao aumento do IVA, lesar as Autarquias em 8,8 milhões de contos.

O Presidente da ANMP precisaria, depois, para mostrar a degradação do financiamento autárquico, que o FEF correspondia, em 1981, a 2,2% do PIB, enquanto, em 1993, representou apenas 1,5% do Produto Interno Bruto. E verberou que das verbas do II Quadro de Apoio dos Fundos Comunitários apenas 9,8% se destinem ao conjunto dos 305 Municípios portugueses, situação absolutamente contrastante com os 17,7% reservados só para as empresas públicas.

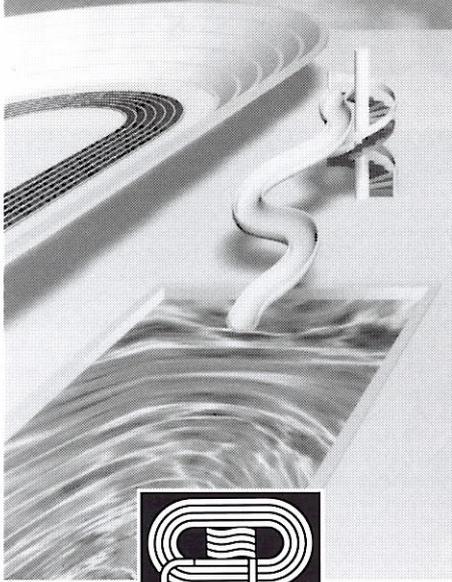
Já a concluir, Mário de Almeida



abordou a problemática das transferências de competências para a Administração Local, sublinhando que, sendo elas desejáveis, as Autarquias não pretendem meras delegações de competências – não

queremos ser empreiteiros do Governo, relevou –, e que aquelas, como os Municípios têm repetidamente sustentado, só terão justificação quando houver vantagens para as populações.

A FEIRA Nº 1 PARA
EQUIPAMENTOS DE LAZER



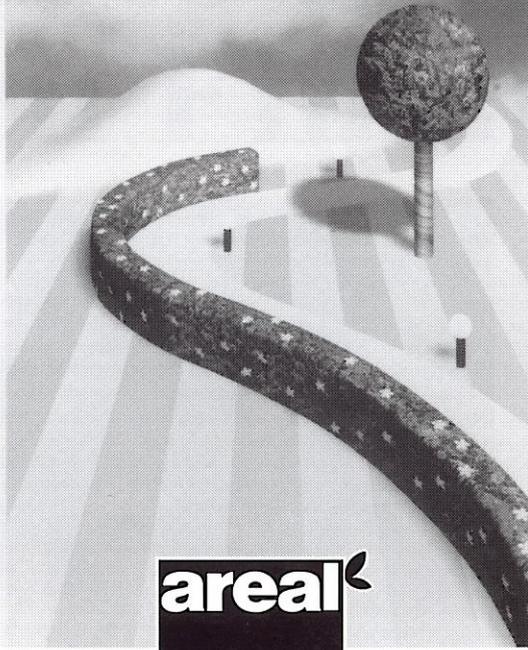
**FEIRA PROFISSIONAL INTERNACIONAL
PARA INSTALAÇÕES DE LAZER,
RECINTOS DESPORTIVOS E PISCINAS**

– COM CONGRESSO INTERNACIONAL –

Apresenta aprox. 400 empresas,
oriundas de 20 países com:

- trabalhos de projectistas • instalações com chave em mão • construções em bruto • acabamentos
- equipamentos • instalações • técnica balnear, acessórios balneares • equipamentos para piscinas e banhos • recintos desportivos exteriores, instalações exteriores • equipamentos para parques infantis • aparelhos e equipamentos para desporto e lazer • turismo de inverno e de verão • aparelhos de conservação • consultadoria, gestão

A FEIRA Nº 1 PARA A CRIAÇÃO
DAS ÁREAS CIRCUNDANTES



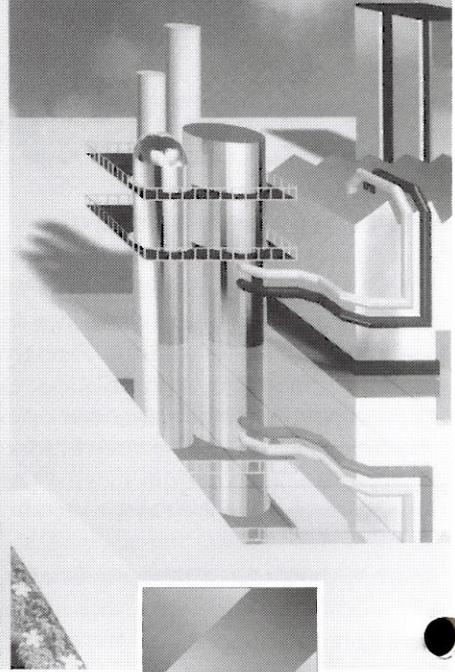
**FEIRA PROFISSIONAL INTERNACIONAL
PARA A CRIAÇÃO E A MANUTENÇÃO
DE ÁREAS**

– COM A JORNADA DE ARQUITECTOS PAISAGISTAS –

Apresenta a oferta de aprox. 400 empresas,
vindas de 20 países:

- jardins e construção de caminhos • equipamentos e instalações urbanas • plantas vivas e sementes
- manutenção de espaços públicos e de paisagens
- produtos biológicos e químicos • serviços de inverno
- técnica de cemitérios • prestação de serviços

A FEIRA Nº 1 PARA A
MANUTENÇÃO DO VALOR



**FEIRA PROFISSIONAL INTERNACIONAL
PARA CONSERVAÇÃO,
LIMPEZA E MANUTENÇÃO**

– COM CONGRESSO INTERNACIONAL:
CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE EDIFÍCIOS –

Apresenta a oferta de mais de 320 empresas,
provenientes de 20 países:

- produtos para conservação/manutenção
- serviços de conservação/manutenção
- equipamento para edifícios/prestação de serviços • máquinas, aparelhos e acessórios de limpeza • produtos químicos para a limpeza e a conservação • produtos para saneamento/serviços de saneamento • segurança do trabalho, organização, consultadoria

Três feiras profissionais nº 1, em Colónia –
Um compromisso com proveito triplo

FEIRA TRIPLA

Feira Profissional
Internacional para
Instalações de Lazer,
Recintos Desportivos
e Piscinas

Feira Profissional
Internacional
para Criação e a
Manutenção de
Áreas

Feira Profissional
Internacional
para Conservação,
Limpeza e
Manutenção

25-28 DE OUTUBRO DE 1995

Cupão

E favor de me/nos enviar mais informações:

- fsb areal IRW
 Congresso IAKS/certames paralelos
 Programas de viagens

Walter & Cia., Lda., Largo de Andaluz 15, 3º-Dtº-4, 1050 Lisboa,
tel. 01-355 6254, fax 01-353 93 11

Nome: _____

Endereço: _____

CP/Localidade: _____

Bole

Köln/Messe

